Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Bradescard Elo Participações S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No Exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R$ 183.217 mil, Patrimônio Líquido de R$ 1.743.545 mil e Ativos Totais de R$ 1.747.008 mil.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia aumentou capital social no valor de R$ 120.800 mil sem emissão de ações, mediante a capitalização da conta de Reserva de Lucros.

Em 29 de dezembro de 2017 foram provisionados Dividendos aos acionistas, no montante de R$ 1.740 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	**308.553**	**245.380**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	270.198	198.324
Dividendos a Receber (Nota 11)	38.355	47.056
NÃO CIRCULANTE	**1.438.455**	**1.315.209**
INVESTIMENTOS (Nota 6)	**1.438.455**	**1.315.209**
TOTAL	**1.747.008**	**1.560.589**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	**3.463**	**4.398**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12b)	1.655	2.189
Dividendos a Pagar (Nota 7c)	1.740	2.148
Outras Contas a Pagar	68	61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.743.545**	**1.556.191**
Capital Social (Nota 7a)	790.000	669.200
Reserva de Lucros (Nota 7b)	949.605	888.928
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	3.940	(1.937)
TOTAL	**1.747.008**	**1.560.589**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	**169.284**	**211.974**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)	169.284	211.974
DESPESAS OPERACIONAIS	**1.352**	**1.186**
Despesas Tributárias (Nota 10)	1.034	1.050
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)	318	136
RESULTADO FINANCEIRO	**22.202**	**22.534**
Receitas/Despesas Financeiras (Nota 8)	22.202	22.534
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**190.134**	**233.322**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	**(6.917)**	**(7.199)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**183.217**	**226.123**
Número de ações	4.167.605.327	4.167.605.327
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R$	43,96	54,26

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido após o Imposto de Renda e Contribuição Social	**183.217**	**226.123**
Ajustes ao Lucro Líquido	**(169.284)**	**(211.975)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(169.284)	(211.974)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-	(1)
Lucro Líquido Ajustado	**13.933**	**14.148**
Redução em Outros Ativos/Outras Contas a Receber	-	1.963
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações/Outras Contas a Pagar	(527)	(1.258)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**13.406**	**14.853**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos de Controlada	60.616	59.515
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	**60.616**	**59.515**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(2.148)	(2.601)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	**(2.148)**	**(2.601)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**71.874**	**71.767**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	198.324	126.557
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	270.198	198.324
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**71.874**	**71.767**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros - Legal	Reserva de Lucros - Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial Controladas	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2015	**657.155**	**34.175**	**642.823**	**-**	**-**	**1.334.153**
Aumento de Capital com Reservas	12.045	-	(12.045)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	226.123	226.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.937)	-	(1.937)
Destinações: - Reservas	-	11.306	212.669	-	(223.975)	-
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	(2.148)	(2.148)
Saldos em 31.12.2016	**669.200**	**45.481**	**843.447**	**(1.937)**	**-**	**1.556.191**
Aumento de Capital com Reservas	120.800	-	(120.800)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	183.217	183.217
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	5.877	-	5.877
Destinações: - Reservas	-	9.161	172.316	-	(181.477)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.740)	(1.740)
Saldos em 31.12.2017	**790.000**	**54.642**	**894.963**	**3.940**	**-**	**1.743.545**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	**183.217**	**226.123**
Outros Resultados Abrangentes	5.877	(1.937)
Total do Resultado Abrangente	**189.094**	**224.186**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradescard Elo Participações S.A. é uma Companhia que tem por objetivo: a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Bradescard Elo Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco "Bradesco", utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Investimento em controladas e controladas em conjunto

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.

Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.5) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.6) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.7) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.8) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.9) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social foi calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.10) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Depósito bancário	5	5
Fundos de investimentos financeiros (1)	270.193	198.319
Total	**270.198**	**198.324**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R$ 169.284 (2016 - R$ 211.974).

						Em 31 de dezembro			
						Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial (1)	
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares) ON	Participação no capital social	2017	2016	2017	2016
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	226.500	389.791	8.114	226.500	100,00%	389.791	394.485	8.114	14.417
Elo Participações S.A.	930.000	2.096.904	322.274	372.228	50,01%	1.048.664	920.724	161.170	197.557
Total						**1.438.455**	**1.315.209**	**169.284**	**211.974**

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Ordinárias	4.167.605.327	4.167.605.327
Total	**4.167.605.327**	**4.167.605.327**

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 24 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 120.800, elevando-o de R$ 669.200 para R$ 790.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a ser a seguinte: "O Capital Social é de R$ 790.000 (setecentos e noventa milhões de reais), dividido em 4.167.605 (quatro bilhões, cento e sessenta e sete milhões, seiscentos e cinco mil) ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal".

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Reservas de lucros	**949.605**	**888.928**
- Reserva legal (1)	54.642	45.481
- Reserva estatutária (2)	894.963	843.447

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos a pagar

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2017	% (1)	2016	% (1)
Lucro líquido do exercício	183.217		226.123	
Reserva legal	(9.161)		(11.306)	
Base de cálculo	**174.056**		**214.817**	
Dividendos propostos	**1.740**	**1,0**	**2.148**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	22.202	22.560
Juros passivos líquidos	-	(26)
Total	**22.202**	**22.534**

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Serviços de terceiros	318	136
Total	**318**	**136**

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S/A 3

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 128 • Número 52 Página 3
São Paulo, quarta-feira, 21 de março de 2018
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 21 de março de 2018 às 01:11:38.

...continuação

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
PIS	144	147
COFINS	888	902
Outras	2	1
Total	**1.034**	**1.050**

11) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2017		**2016**	
	Ativo (passivo)	**Receitas (despesas)**	**Ativo (passivo)**	**Receitas (despesas)**
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	5	-	5	-
Dividendos a receber:				
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	77	-	137	-
Elo Participações S.A.	38.278	-	46.919	-
Dividendos a pagar:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(1.740)	-	(2.148)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	**2016**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**190.134**	**233.322**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(64.646)	(79.330)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas Sociedade correspondentes	57.556	72.071
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(58)	(19)
Outros valores	231	79
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(6.917)**	**(7.199)**

b) Impostos e Contribuições a recolher
Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 1.655 (2016 - R$ 2.189), referem-se a Imposto de Renda R$ 1.579 (2016 - R$ 1.994), Contribuição Social R$ 12 (2016 - R$ 93), COFINS R$ 55 (2016 - R$ 88) e PIS R$ 9 (2016 - R$ 14).

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016;

b) Em 31 de dezembro não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes;

c) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC;
O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexo para os ativos e investimentos diretos/indiretos avaliados no modelo do CPC 48; e

d) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Bradescard Elo Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Bradescard Elo Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradescard Elo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 19 de março de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
BRADESCARD ELO PARTICIPAÇÕES S/A.....3

Diário Oficial acesso gratuito

Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br

Prêmio Mario Covas 2008
DO. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br quarta-feira, 21 de março de 2018 às 01:11:38.

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Bradescard Elo Participações S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No Exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Lucro Líquido de R$ 183.217 mil, Patrimônio Líquido de R$ 1.743.545 mil e Ativos Totais de R$ 1.747.008 mil.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia aumentou capital social no valor de R$ 120.800 mil sem emissão de ações, mediante a capitalização da conta de Reserva de Lucros.

Em 29 de dezembro de 2017 foram provisionados Dividendos aos acionistas, no montante de R$ 1.740 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	**308.553**	**245.380**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	270.198	198.324
Dividendos a Receber (Nota 11)	38.355	47.056
NÃO CIRCULANTE	**1.438.455**	**1.315.209**
INVESTIMENTOS (Nota 6)	**1.438.455**	**1.315.209**
TOTAL	**1.747.008**	**1.560.589**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
CIRCULANTE	**3.463**	**4.398**
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 12b)	1.655	2.189
Dividendos a Pagar (Nota 7c)	1.740	2.148
Outras Contas a Pagar	68	61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.743.545**	**1.556.191**
Capital Social (Nota 7a)	790.000	669.200
Reserva de Lucros (Nota 7b)	949.605	888.928
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	3.940	(1.937)
TOTAL	**1.747.008**	**1.560.589**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS	**169.284**	**211.974**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6)	169.284	211.974
DESPESAS OPERACIONAIS	**1.352**	**1.186**
Despesas Tributárias (Nota 10)	1.034	1.050
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)	318	136
RESULTADO FINANCEIRO	**22.202**	**22.534**
Receitas/Despesas Financeiras (Nota 8)	22.202	22.534
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**190.134**	**233.322**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 12a)	**(6.917)**	**(7.199)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**183.217**	**226.123**
Número de ações	4.167.605.327	4.167.605.327
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R$	43,96	54,26

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido após o Imposto de Renda e Contribuição Social	**183.217**	**226.123**
Ajustes ao Lucro Líquido	**(169.284)**	**(211.975)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(169.284)	(211.974)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-	(1)
Lucro Líquido Ajustado	**13.933**	**14.148**
Redução em Outros Ativos/Outras Contas a Receber	-	1.963
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações/Outras Contas a Pagar	(527)	(1.258)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	**13.406**	**14.853**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos de Controlada	60.616	59.515
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	**60.616**	**59.515**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(2.148)	(2.601)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	**(2.148)**	**(2.601)**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**71.874**	**71.767**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	198.324	126.557
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	270.198	198.324
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**71.874**	**71.767**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reserva de Lucros - Legal	Reserva de Lucros - Estatutária	Ajuste de Avaliação Patrimonial - Controladas	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2015	**657.155**	**34.175**	**642.823**	**-**	**-**	**1.334.153**
Aumento de Capital com Reservas	12.045	-	(12.045)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	226.123	226.123
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(1.937)	-	(1.937)
Destinações: - Reservas	-	11.306	212.669	-	(223.975)	-
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	(2.148)	(2.148)
Saldos em 31.12.2016	**669.200**	**45.481**	**843.447**	**(1.937)**	**-**	**1.556.191**
Aumento de Capital com Reservas	120.800	-	(120.800)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	183.217	183.217
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	5.877	-	5.877
Destinações: - Reservas	-	9.161	172.316	-	(181.477)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.740)	(1.740)
Saldos em 31.12.2017	**790.000**	**54.642**	**894.963**	**3.940**	**-**	**1.743.545**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	**183.217**	**226.123**
Outros Resultados Abrangentes	5.877	(1.937)
Total do Resultado Abrangente	**189.094**	**224.186**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradescard Elo Participações S.A. é uma Companhia que tem por objetivo: a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Bradescard Elo Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco "Bradesco", utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Investimento em controladas e controladas em conjunto

São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.

Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.5) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais-fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.6) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.7) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.8) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.9) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social foi calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

2.10) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Depósito bancário	5	5
Fundos de investimentos financeiros (1)	270.193	198.319
Total	**270.198**	**198.324**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

6) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R$ 169.284 (2016 - R$ 211.974).

								Em 31 de dezembro	
						Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial (1)	
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares) ON	Participação no capital social	2017	2016	2017	2016
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	226.500	389.791	8.114	226.500	100,00%	389.791	394.485	8.114	14.417
Elo Participações S.A.	930.000	2.096.904	322.274	372.228	50,01%	1.048.664	920.724	161.170	197.557
Total						**1.438.455**	**1.315.209**	**169.284**	**211.974**

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Ordinárias	4.167.605.327	4.167.605.327
Total	**4.167.605.327**	**4.167.605.327**

Em Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, realizadas em 24 de abril de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R$ 120.800, elevando-o de R$ 669.200 para R$ 790.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", de acordo com o dispositivo no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76. Em consequência, a redação do "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passa a ser a seguinte: "O Capital Social é de R$ 790.000 (setecentos e noventa milhões de reais), dividido em 4.167.605 (quatro bilhões, cento e sessenta e sete milhões, seiscentos e cinco mil) ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal".

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Reservas de lucros	**949.605**	**888.928**
- Reserva legal (1)	54.642	45.481
- Reserva estatutária (2)	894.963	843.447

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

c) Dividendos a pagar

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2017	% (1)	2016	% (1)
Lucro líquido do exercício	183.217		226.123	
Reserva legal	(9.161)		(11.306)	
Base de cálculo	**174.056**		**214.817**	
Dividendos propostos	**1.740**	**1,0**	**2.148**	**1,0**

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	22.202	22.560
Juros passivos líquidos	-	(26)
Total	**22.202**	**22.534**

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
Serviços de terceiros	318	136
Total	**318**	**136**

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2016
PIS	144	147
COFINS	888	902
Outras	2	1
Total	**1.034**	**1.050**

11) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2017		2016	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e equivalentes de caixa:				
Banco Bradesco S.A.	5	-	5	-
Dividendos a receber:				
Alvorada Administradora de Cartões Ltda.	77	-	137	-
Elo Participações S.A.	38.278	-	46.919	-
Dividendos a pagar:				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(1.740)	-	(2.148)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

12) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**190.134**	**233.322**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(64.646)	(79.330)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas Sociedade correspondentes	57.556	72.071
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(58)	(19)
Outros valores	231	79
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(6.917)**	**(7.199)**

b) Impostos e Contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R$ 1.655 (2016 - R$ 2.189), referem-se a Imposto de Renda R$ 1.579 (2016 - R$ 1.994), Contribuição Social R$ 12 (2016 - R$ 93), COFINS R$ 55 (2016 - R$ 88) e PIS R$ 9 (2016 - R$ 14).

13) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016;

b) Em 31 de dezembro não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes;

c) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC;

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexo para os ativos e investimentos diretos/indiretos avaliados no modelo do CPC 48; e

d) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Bradescard Elo Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradescard Elo Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradescard Elo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a

continua...

...continuação

Bradescard Elo Participações S.A.

CNPJ 09.226.818/0001-00 – NIRE 35.300.349.415
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 19 de março de 2018

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
HOSPITAL DE CLÍNICAS

UNICAMP

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto no Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP o Pregao Eletrônico PE-HC nº208/2018, Processo 15P-22228/2017 Oferta de Compra BEC/SP102202100592018OC00106, do tipo menor preço unitario por item , destinado a REGISTRO DE PREÇOS DE KIT CARD/DPA – DOMICILIAR . O prazo de entrega das propostas eletrônicas sera ate o dia 09/04/2018 as 09:30 horas , sendo que a sessao sera no mesmo dia e horario, pela pagina virtual da BEC/SP (**http://www.bec.sp.gov.br**).O Edital na íntegra encontra-se disponível na pagina virtual da BEC/SP e no **http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/ENegocios/BuscaENegocios_14_1.aspx**.

---

megaleilões GESTOR JUDICIAL

1ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Carlos – SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação **dos executados LUCIANE NERI BOAVENTURA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 256.736.208-88, **SEBASTIÃO COLUCCI**, inscrito no CPF/MF sob o nº 549.762.788-91, **MARIA ÂNGELA BELALIBERA COLUCCI**, inscrita no CPF/MF sob o nº 200.729.448-62, **bem como dos usufrutuários JOSÉ COLUCCI e sua mulher TEREZA PERIPATO COLUCCI**. **O Dr. Milton Coutinho Gordo**, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de São Carlos/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **UMBERTO PAU e outra** em face de **LUCIANE NERI BOAVENTURA e outros - processo nº 0013748-51.2003.8.26.0566 (566.01.2003.013748) – controle nº 924/2003**, e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@megaleiloes.com.br, cabendo ao responsável pela guarda autorizar o ingresso dos interessados. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 02/04/2018 às 11:00h** e se encerrará **dia 04/04/2018 às 11:00h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 04/04/2018 às 11:01h** e se encerrará no **dia 25/04/2018 às 11:00h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA** - Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado, encaminhando parecer por escrito para o e-mail: proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS** - Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação; (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar à MEGALEILOES GESTOR JUDICIAL, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida à Mega Leilões gestor judicial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão da MEGALEILÕES GESTOR JUDICIAL deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito, que ficará disponível no site do gestor ou será enviada por e-mail. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC.**RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 20.334 DO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE DESCALVADO/SP – IMÓVEL:** Um Prédio Residencial localizado com frente para a Rua Nicolau Antonio Lobo, s/nº (fundos), nesta cidade de Descalvado/SP, e respectivo terreno, remanescente de maior área, medindo o todo hum metro e quarenta centímetros contados da divisa de Celeste Colucci; daí deflete à direita e segue em reta, numa distância de trinta e três metros e trinta centímetros, confrontando com Antonio Paschoal ou sucessores, até a face do fundo; daí deflete à direita e segue em reta numa distância de nove metros, confrontando com propriedade de Aída Vendramini e outros (face de fundo); daí deflete à direita e segue em reta numa distância de onze metros, confrontando com Celeste Colucci, por uma parte que foi destacada do mesmo todo; daí deflete à direita e segue em reta, numa distância de sete metros e sessenta centímetros, confrontando com a mesma parte vendida a Celeste Colucci; e finalmente, deflete daí à esquerda e segue em reta numa distância de vinte e dois metros e trinta centímetros, confrontando com a mesma parte vendida a Celeste Colucci até encontrar novamente a face da Rua Nicolau Antonio Lobo, sendo-lhe assegurada a área de cento e trinta metros e vinte e dois centímetros quadrados. **Consta na AV.1 desta matrícula** que sobre o imóvel objeto desta matrícula existe Usufruto Vitalício em favor de JOSÉ COLUCCI e TEREZA PERIPATO COLUCCI. **Consta na AV.2 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel objeto desta matrícula, sendo nomeado depositário Sebastião Colucci. **Valor da Avaliação do imóvel: R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) para junho de 2016, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** São Carlos, 06 de fevereiro de 2017. Eu,__, diretor/diretora, conferi. **Milton Coutinho Gordo - Juiz de Direito.**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Físico nº: 0004396-03.2011.8.26.0659. Classe: Assunto: Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária. Requerente: Bv Financeira Sa Cfi. Requerido: Francisco Edvan Ferreira dos Santos. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004396-03.2011.8.26.0659. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara, do Foro de Vinhedo, Estado de São Paulo, Dr. Fábio Marcelo Holanda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao FRANCISCO EDVAN FERREIRA DOS SANTOS, CPF 008.532.293-84, Rua Maestro Francisco Farina, 403, Vila Progresso, CEP 13202-250, Jundiaí - SP, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de Bv Financeira SA Cfi, CNPJ 01.149.953/0001-89 alegando em síntese que por força do contrato de Abertura de Crédito com alienação fiduciária, datado de 23/12/2010, foi alienado o veículo marca Honda/ NXR 150 Bros-KS, 2010/2011, placa ECH 9203, chassi 9C2KDO0560BR503042, cor vermelha metálica, deixando o réu de pagar as prestações vencidas desde 23/01/2011. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Vinhedo, aos 30 de agosto de 2017.

AVISO DE LICITAÇÃO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação: **PG 10.43.059 – Concorrência 059/18** – Obras e serviços de engenharia para conclusão e demais serviços no empreendimento composto de 66 unidades habitacionais denominado Lagoinha "B", no Município de Lagoinha/SP. O edital completo estará disponível para download no site www.cdhu.sp.gov.br a partir das 00h00min do dia 22/03/18 – Garantia: até 23/04/18 - valor R$ 168.647,72- Esclarecimentos até 16/04/18 – Abertura: 23/04/18 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, 8° andar, Bloco 2, Centro, São Paulo/SP.

AVISO DE LICITAÇÃO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação: **PG 10.43.060 – Concorrência 060/18** – Obras e serviços de engenharia para conclusão e demais serviços no empreendimento composto de 48 unidades habitacionais denominado Arapeí "B", no Município de Arapeí/SP. O edital completo estará disponível para download no site www.cdhu.sp.gov.br a partir das 00h00min do dia 22/03/18 – Garantia: até 23/04/18 - valor R$ 48.281,66 - Esclarecimentos até 16/04/18 – Abertura: 23/04/18 às 11h, na Rua Boa Vista, 170, 8° andar, Bloco 2, Centro, São Paulo/SP.

CDHU — GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO — Secretaria da Habitação

Aviso de Licitação

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CAMPINA Torna Público que se encontra aberta a Licitação, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS - Tipo Menor Preço Por Item, tendo como Objeto: **Contratação de Prestação de Serviços de Transporte de Pacientes**, conforme melhor especificado no Edital do **Pregão Presencial RP nº. 0009/2018 – Proc. Adm. Nº. 705/2018**. A data da sessão Pública esta agendada para o dia **10/04/2018**, às 09h, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal (Av. Luiz Pastore, 240, Centro - Nova Campina/SP). Edital disponível no Endereço Eletrônico http://www.novacampina.sp.gov.br/, outras informações por meio do Fone (15) 3535-6100 - Sessão de Licitações. (Phelipe R. Murba - Coordenação de Compras e Licitações).

Aviso de Licitação

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CAMPINA Torna Público que se encontra aberta a Licitação, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS - Tipo Menor Preço Por Item, tendo como Objeto: Contratação de **Prestação de Serviços de Assentamento de Lajotas**, conforme melhor especificado no Edital do Pregão Presencial RP nº. 011/2018 – Proc. Adm. Nº. 302/2018. A data da sessão Pública esta agendada para o dia **09/04/2018**, às 09h, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal (Av. Luiz Pastore, 240, Centro - Nova Campina/SP). Edital disponível no Endereço Eletrônico http://www.novacampina.sp.gov.br/, outras informações por meio do Fone (15) 3535-6100 - Sessão de Licitações. (Phelipe R. Murba - Coordenação de Compras e Licitações).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENÁPOLIS.

Chamamento Público 02/2018 – Processo 30/2018 – Edital 1777/2018. Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para o recebimento de tributos e demais receitas municipais. Data para entrega do envelope: a partir da publicação do presente Edital de credenciamento. Maiores informações através do Serviço de Compras: telefone (18) 3654-2537, de segunda a sexta-feira, com expediente ao público das 08h00 às 11h30min e das 13h00 às 16h00. Edital disponível no site: www.penapolis.sp.gov.br em editais de licitação: Chamamento Público 02/2018. Penápolis, 16 de março de 2018. Célio José de Oliveira - Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CAMPINA Torna Público que se encontra aberta a Licitação, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS - Tipo Menor Preço Por Item, tendo como Objeto: **AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA**, conforme melhor especificado no Edital do **Pregão Presencial RP nº. 008/2018 – Proc. Adm. Nº. 158/2018**. A data da sessão Pública esta agendada para o dia **06/04/2018**, às 09h, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal (Av. Luiz Pastore, 240, Centro - Nova Campina/SP). Edital disponível no Endereço Eletrônico http://www.novacampina.sp.gov.br/, outras informações por meio do Fone (15) 3535-6100 - Sessão de Licitações. (Phelipe R. Murba - Coordenação de Compras e Licitações).

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

Companhia Aberta - Categoria B - Código CVM 23515
CNPJ nº 15.578.569/0001-06

ERRATA

A Concessionária informa que nas demonstrações financeiras publicadas na data de 20 de março de 2018, no jornal Valor Econômico, no quadro do Conselho de Administração o nome de um dos conselheiros foi informado incorretamente. Onde se lê: Paulo Alexandre da Graça Cunha leia-se: Paulo Alexandre Pereira da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABINO/SP

Aviso de Licitação – Processo 09/2018 - Tomada de Preços 01/2018

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Sabino/SP, a Tomada de Preços nº 01/2018, do tipo menor preço global, que trata da contratação de empresa para execução de obra de revitalização da Praia Municipal de Sabino/SP, conforme processo licitatório em epígrafe. Valor Estimativo: R$ 397.891,27. Data limite para cadastramento de fornecedores: 09/04/18 às 16h00min. O edital e seus anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE através de download no site www.sabino.sp.gov.br. Apresentação dos envelopes: 12/04/18 às 08h30min na Sala da Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Sabino, Av. Olavo Bilac, 740, Centro, Sabino/SP. Sabino/SP, 20 de março de 2018. EDER RUIZ MAGALHÃES DE ANDRADE - Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação – Processo 10/2018 - Tomada de Preços 02/2018

Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Sabino/SP, a Tomada de Preços nº 02/2018, do tipo menor preço global, que trata da contratação de empresa para construção de um sanitário público, construção de quatro quiosques e serviços gerais de pintura nas demais dependências, dentro do perímetro da Praia Municipal de Sabino/SP, conforme processo licitatório em epígrafe. Valor Estimativo: R$ 260.484,18. Data limite para cadastramento de fornecedores: 10/04/18 às 16h00min. O edital e seus anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE através de download no site www.sabino.sp.gov.br. Apresentação dos envelopes: 13/04/18 às 08h30min na Sala da Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Sabino, Av. Olavo Bilac, 740, Centro, Sabino/SP. Sabino/SP, 20 de março de 2018. EDER RUIZ MAGALHÃES DE ANDRADE - Prefeito Municipal.

HYPERA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF 02.932.074/0001-91 - NIRE 35.300.353.251

AVISO AOS ACIONISTAS

Hypera S.A. ("Hypera" ou "Companhia"), em atendimento ao disposto no Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor, nos Artigos 9, 11, 12 e 13 da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada e em vigor, e nos Artigos 21 e 30 da Instrução CVM nº 480/2009, conforme alterada e em vigor, comunica aos Senhores Acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 19.04.2018, às 10:00 horas, encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, bem como nos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (site da B3: www.bmfbovespa.com.br) e da Companhia (http://hypera.riweb.com.br), a partir desta data, na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, com Parecer da KPMG Auditores Independentes e das demais informações e documentos necessários foram feitas no jornal "Valor Econômico", nas edições de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 27 de fevereiro de 2018, e a primeira publicação do Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será feita no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", nas edições de São Paulo e Rio de Janeiro, na data de amanhã, na forma da legislação aplicável.

São Paulo, 19 de março de 2018
Hypera S.A.
Breno Toledo Pires de Oliveira
Diretor Executivo Financeiro (CFO) e Diretor de Relações com Investidores

---

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N.º 011/2018/SEGES
PROCESSO Nº 36.211/2018/SEGES

A Superintendencia de Aquisições Governamentais/SEGES vem a público informar que o **Pregao Eletronico nº. 011/2018/SEGES**, marcado para ser realizado no dia **21/03/2018**, cujo objeto e o **"Registro de preço para futura e eventual aquisiçao de Condicionadores de Ar SPLIT PISO-TETO INVERTER para atender a demanda dos orgaos/entidades do Poder Executivo Estadual"**, foi **PRORROGADO** nos parametros abaixo, para publicidade das respostas dos pedidos de esclarecimentos.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG PRORROGADO até o dia: 22/03/2018, horario maximo de aceitaçao sera ate as **13h45min** (horario de Cuiaba/MT).

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INICIO DA SESSÃO: no dia 22/03/2018 as 14h00min (HORÁRIO DE CUIABÁ/MT), atraves do link: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**.

EDITAL e ADENDOS DISPONIBILIZADOS: (Link: Portal de Aquisições: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**); duvidas pelo email: **pregao@gestao.mt.gov.br**.

Cuiaba-MT, 20 de março de 2018.
Paulino Shigueo Yoshida
Superintendente de Aquisiçoes Governamentais/ SEGES/MT

---

megaleilões GESTOR JUDICIAL

Vara Única do Foro da Comarca de Chavantes/SP

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação do executado **EDUARDO LUIZ DA FONSECA (depósito)**, inscrita no CPF/MF sob o nº 309.331.958-77. **A Dra. Lêda Maria Sperandio Furlanetti**, MM. Juíza de Direito da Vara Única do Foro da Comarca de Chavantes/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem móvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos da **Ação de Execução de Título Extrajudicial** ajuizada por **ORDENHADEIRAS SULINOX LTDA** em face de **EDUARDO LUIZ DA FONSECA - Processo nº 0001046-70.2015.8.26.0140 – Controle nº 921/2015,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO BEM MÓVEL** - O bem será vendido no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL** - O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do Código de Processo Civil, inclusive as fotos e a descrição detalhada do bem a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - As visitas deverão ser agendadas via e-mail visitacao@megaleiloes.com.br, cabendo ao responsável pela guarda autorizar o ingresso dos interessados. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 06/04/2018 às 9:30** e se encerrará **dia 10/04/2018 às 9:30h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 10/04/2018 às 9:31h** e se encerrará no **dia 02/05/2018 às 9:30h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o bem correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPVA e demais taxas e impostos que serão sub-rogados no valor da arrematação nos termos do art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA** - Os interessados poderão apresentar proposta de pagamento parcelado, encaminhando parecer por escrito para o e-mail: proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC). PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS** - Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar à MEGALEILOES GESTOR JUDICIAL, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do bem. A comissão devida à Mega Leilões gestor judicial não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão da MEGALEILÕES GESTOR JUDICIAL deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM:** um veículo marca VW, modelo Saveiro CL, ano 1991/1992, placa ACD9681, chassi 9BWZZZ30ZMP239245. O bem encontra-se na Rua João Bernardo de Mendonça, 556, Centro, Canitar/SP, sendo nomeado depositário o executado. **Valor da Avaliação do bem: R$ 8.000,00 (oito mil reais) para maio de 2017.** Chavantes, 05 de fevereiro de 2018. Eu,__, diretora/diretor, conferi. **Dra. Lêda Maria Sperandio Furlanetti - Juíza de Direito.**

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

ABRAPHE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PILOTOS DE HELICÓPTERO
CNPJ nº 02.344.804/0001-33
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente, Sr. **ARTHUR PETRIKAS FIORATTI**, convoca os membros e associados da **ABRAPHE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PILOTOS DE HELICÓPTERO** ("Associação") para reunirem-se no dia 28 de março de 2018, às 19:00 horas em primeira chamada, ou caso não haja quórum mínimo para início dos trabalhos, às 19:30 horas, com qualquer quórum, no Auditório da INFRAERO no Campo de Marte, localizado na Avenida Santos Dumont,1979, São Paulo – SP, CEP 02012-010, para: **Assembleia Geral Ordinária a)** Leitura da Ata da AGO do exercício anterior; **b)** Apreciar, discutir e votar o relatório da Diretoria, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial referente aos exercícios encerrados em 31/12/2017 RESUMO DAS CONTAS 2017 RECEITA: R$ 442.046,18 DESPESAS: R$ (459.965,71) RESULTADO: **R$ (17.919,53)** PATRIMÔNIO LÍQUIDO: R$ 48.573,00 **c)** Apreciar, discutir e votar a Previsão Orçamentária e o Plano de Atividades para o exercício referente ao ano de 2018; **d)** Tratar de assuntos de interesse geral da categoria e dos associados; **e)** Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal para o biênio 2018/2020. Como somente houve a inscrição de uma chapa concorrente para os cargos de Diretoria e do Conselho Fiscal, não haverá designação de uma Junta Eleitoral e o processo de eleição dos novos membros deverá ser conduzido por aclamação da maioria dos presentes à Assembleia Geral, de acordo com a disposição contida no Estatuto Social da Associação. Os membros da chapa inscrita para os cargos de Diretoria são: Diretor-Presidente: Thales Augusto Dzioba Pereira, Vice-Presidente: Lucas Chizzotti Arrabal, Secretário Geral: Guilherme Tomazzeto Juc, Diretor Administrativo: Marco Aurélio de Moraes Graciotti, Diretor de Associados: Divaldo de Oliveira, Diretor de Comunicação: Glauco Castro Silva, Diretor de Instrução e Disciplinas: Uberacy Marcos Tottolli da Silva, Diretor de Relações Institucionais: Arthur Petrikas Fioratti, Primeiro Suplente de Diretoria: Guilherme Souza Queiroz Ferraz, Segundo Suplente de Diretoria: Roberto da Silva Prado Filho, Diretoria Regional do Rio de Janeiro: Maurizio Spinelli, Diretoria Regional de Minas Gerais: Marcelo Machado Amaral Rosa. Os membros da chapa inscrita para os cargos de Conselho Fiscal são: Presidente: Leonardo Rebuffo, Primeiro Conselheiro: Daniel Bastos, Segundo Conselheiro Veronica Martins de Sousa, Suplente: Carlos Eduardo Courtois Duverger. O respectivo programa de atuação está disponível para consulta dos Associados na sede da ABRAPHE. São Paulo, 21 de março de 2018. **ARTHUR PETRIKAS FIORATTI** - Presidente.

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **SECRETARIA DA HABITAÇÃO**

EDITAL

1ª PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA DA HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

PRIMEIRA FASE: 22.240 UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES, COM INVESTIMENTO INICIAL DE R$ 4,4 BILHÕES

Concorrência Internacional nº COHAB-SP 001/2018

O objeto da concorrência é a Concessão Administrativa, em 12 lotes distintos, para a implantação de 22.240 unidades habitacionais, infraestrutura pública, equipamentos públicos e a prestação de serviços nos condomínios de Habitação de Interesse Social HIS-1 e HIS-2. O valor dos investimentos está estimado em R$ 4,4 bilhões, sendo R$ 369,5 milhões em infraestrutura pública (obras de drenagem, abertura de novas vias de acesso e saneamento, por exemplo), e R$ 672,5 milhões em equipamentos públicos (como escolas e postos de saúde).

O lançamento dessa concorrência representa a primeira fase do programa de 34.000 unidades habitacionais, a serem alcançadas em concorrências futuras.

O edital estará disponível no portal da Cohab-SP a partir do dia 22 de março de 2018.

www.cohab.sp.gov.br/licitacaopppdahabitacao

CASA DA FAMÍLIA — COHAB SÃO PAULO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 47/2018

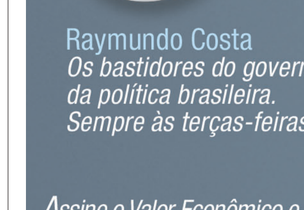
Objeto: Contrataçao de Empresa Especializada na prestaçao de serviços de chaveiro e confecçao de carimbos. Total de itens licitados: 55. Edital: 21/03/2018 de 08h00 as 17h00. Endereço: Estrada do Caminho Velho, 333 – Pimentas, Guarulhos/SP. Abertura das propostas: 04/04/2018 as 10h00 no site **www.comprasgovernamentais.gov.br**. Cleriston Jose de Oliveira. Pregoeiro.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Marciano Testa, portador da Cédula de Identidade nº 3064669851 SSP/RS e inscrito no CPF 720.537.710-20; Ademir Cossielo, portador da Cédula de Identidade nº 83827869 SSP/SP e inscrito no CPF 722.446.408-25; Aod Cunha de Moraes Junior portador da Cédula de Identidade nº 6034825528 SSP/RS e inscrito no CPF 536.776.250-68; Cyro de Souza Diehl Filho, portador da Cédula de Identidade nº 121415090 SSP/SP e inscrito no CPF 095.892.038-92 e Rodrigo Rosa de Souza portador da Cédula de Identidade nº 1056422759 SJS/RS e inscrito no CPF 904.144.460-20. DECLARAM, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargos de administração no Banco Agibank S.A. ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que os declarantes podem, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. BANCO CENTRAL DO BRASIL – Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf). Gerência Técnica de Porto Alegre (GTPAL). Rua 7 de Setembro, 586 – 12º andar, 90010-190 Porto Alegre – RS. FAX: (51) 3215- 7242. Telefones: (51) 3215-7175, 3215-7241; E-mail: gtpal.deorf@bcb.gov.br

---

Quem lê o Valor toma as melhores decisões.



Raymundo Costa
Os bastidores do governo e da política brasileira. Sempre às terças-feiras.

Assine o Valor Econômico e acompanhe as informações e análises exclusivas de ***mais de 30 colunistas.***

assinevalor.com.br

Valor ECONÔMICO
Notícias que geram negócios